



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17848 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais -N

Conexões entre decolonialidade e educação física escolar: contribuições para a formação do pensamento decolonial na educação básica

Luan Filipe Barbosa do Carmo - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Ada Maria da Costa Melo - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Rachel Costa de Azevedo Mello - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

CONEXÕES ENTRE DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é uma revisão da literatura (Cavalcante e Oliveira, 2020) que tem por objetivo analisar as conexões entre decolonialidade e educação física no processo de escolarização da educação básica e suas contribuições para a formação do pensamento decolonial ou decolonialidade. Para tal, selecionamos artigos encontrados no Portal de Periódicos CAPES, enquanto investigações que estabelecem as referidas conexões a partir da utilização dos seguintes descritores: “decolonialidade” AND “educação física”, num recorte de tempo dos últimos 05 anos, no qual obtivemos 05 artigos, sendo 04 selecionados para análise, devido a pertinência aos objetos de estudo desta pesquisa.

Partimos do pressuposto de que o processo de escolarização, na educação básica, tem como premissa a possibilidade de desenvolvimento humano e, para isso, é preciso uma organização curricular que possibilite a realização do processo de aquisição de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade para torná-los acessíveis às futuras gerações.

Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2011, p.13).

Neste processo, a educação física (EF) no currículo escolar brasileiro, assim como outros componentes tem, de acordo com as políticas educacionais e curriculares, o papel de proporcionar a aquisição de conhecimentos científicos e culturais específicos: o esporte, o jogo, a ginástica, a dança e as lutas. De acordo com Castellani Filho et al (2009, p.61-62):

A educação física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada[...] de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas anteriormente: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem.

Nesta perspectiva, procuramos no conhecimento da EF na educação básica, elementos que contribuam para a formação humana integral e compreendemos que devem estar, enquanto conhecimentos, voltados ao reconhecimento e valorização de manifestações culturais brasileiras e sobretudo, aquelas advindas de nossa ancestralidade, uma vez que estes foram e ainda vem sendo negados na formação escolar, uma vez que marcados pela colonialidade, entendida como:

[...] elemento constitutivo do padrão mental de poder capitalista[...]uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (Quijano, 2010, p.85-86).

A colonialidade enquanto pensamento hegemônico constitui um empecilho para que conhecimentos ancestrais, ligados a nossa matriz afro-brasileira e indígena sejam valorizados e, até mesmo estejam presentes na formação escolar. Essa ausência atinge a formação humana escolar e afeta a aquisição dos conhecimentos escolares históricos culturais, enfaticamente aqueles de matriz indígena e africana, provocando o afastamento de nossa cultura e história ancestral na perspectiva dos que não escreveram sua história, tidos como “inferiores” e, portanto, historicamente desvalorizados enquanto conhecimento escolar.

Assim, percebe-se que a colonialidade permanece, mesmo com o fim da hegemonia do sistema colonial. A globalização culminou num processo que começou a constituir o capitalismo colonial/moderno e euro-estadunidense como um novo padrão de poder mundial, estabelecendo opressões como a racial, o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo (Quijano, 2005); (Santos, 2018).

Este processo resultou em formas de lidar com o corpo e com o mundo, no qual grupos marginalizados sofreram e sofrem diversas violências por serem considerados inferiores aos “brancos”. Enxergadas como pessoas e culturas não civilizadas, alguns povos foram subjugados à exploração (Ferdinand, 2022). Assim, no cenário atual encontra-se euro-estadunidense, capitalista, hegemonicamente

“branco”, no qual homens, cisgêneros, heterossexuais, cristãos e acadêmicos são vistos como figuras detentoras do poder, numa espécie de atualização da colonização.

A EF, enquanto prática social historicamente constituída, já foi utilizada em discursos relativos à pauta da segregação e ideologias eugenistas e higienistas, respectivamente relacionadas aos campos da cultura e da saúde. Apesar desse passado ligada a ideologias e práticas eugenistas e higienistas, a educação física escolar hoje é reconhecida como componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história (Brasil, 2018). Esse entendimento foi reforçado com a vigência das leis 10. 639/03 e 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promovendo a introdução da cultura afro-brasileira e indígena no sistema educacional brasileiro: “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-brasileira e Indígena’”(Brasil, 2008).

Nesta direção de resgate dos conhecimentos desvalorizados e negados às futuras gerações, as recentes políticas educacionais reforçaram a sua valorização ao versarem sobre o ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena, enquanto conhecimentos fundamentais no processo de escolarização básica.

A inserção dos conhecimentos da “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” requer uma formação humana pautada em um novo modo de pensar, em contraposição a ideia de colonialidade que separa a humanidade entre superiores e inferiores e, conseqüentemente, o conhecimento segue esse padrão mental, desconsiderando aqueles advindos dos povos originários e afro descendentes. Assim, a decolonialidade é uma reação a colonialidade, que atua nas brechas presentes dentro da colonialidade, podendo provocar rupturas de padrões hegemônicos (Walsh, 2016). Para Catherine Walsh, pedagoga da decolonialidade, deve-se questionar a centralidade do pensamento hegemônico eurocêntrico, considerando que:

[...] não existe um estado nulo de colonialidade, mas sim posturas, posicionamentos, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua no qual se pode identificar, visibilizar e encorajar "lugares" de exterioridade e construções alternativas (Walsh, 2013, p. 24-25).

Nesse sentido, é fundamental resistir a colonialidade, no desafio decolonial de propor o conhecimento na educação básica a partir de outros sujeitos, daqueles excluídos, dos que ficaram “à margem”, ofuscados de sua concepção de mundo.

A partir deste aporte teórico, buscamos investigar a relação entre a decolonialidade e EF, enquanto conhecimento escolar fundamental para formação escolar crítica. Assim, nesta pesquisa, partimos dos seguintes questionamentos: quais as conexões entre educação física e decolonialidade? Como a EF, enquanto

componente do currículo escolar, pode contribuir para a formação do pensamento decolonial ou decolonialidade? E definimos como objetivos: identificar as conexões entre educação física e decolonialidade e compreender como a EF, enquanto componente do currículo escolar, pode contribuir para a formação do pensamento decolonial ou decolonialidade.

2 DESENVOLVIMENTO

A revisão da literatura é uma investigação essencial no processo de pesquisa acadêmica, além de contextualizar a pesquisa e identificar lacunas no conhecimento existente, ajuda a formular hipóteses, escolher metodologias adequadas e garantir o rigor e a credibilidade do trabalho científico (Cavalcante e Oliveira, 2020).

A primeira pesquisa analisada, “Decolonialidade e Educação Física: epistemes e pedagogias outras como possibilidade de uma educação antirracista” (2022), de autoria de Felipe Guaraciaba Formoso, é um recorte de uma pesquisa em andamento sobre decolonialidade e educação. O objetivo é tensionar as epistemologias na EF se utilizando especialmente do fenômeno futebol para acessar agentes transgressores/as que possam problematizar as questões étnico-raciais atreladas a outros atravessamentos, propondo assim, pedagogias decoloniais. Para isto, foi utilizada uma metodologia pluriversal com professores que lecionam disciplinas pedagógicas que envolviam o futebol numa universidade pública da cidade do Rio de Janeiro e com lideranças de movimentos sociais do esporte futebol. Foram realizadas 33 entrevistas com colaboradores entre 19 e 60 anos.

Os resultados apresentaram dificuldade de localizar mulheres, mulheres negras e negros em espaços de poder no futebol, a exemplo de técnicos/as e gestores. As pessoas entrevistadas argumentaram que só conseguiram identificar os racismos tardiamente, porque esse letramento não lhes foi oferecido na educação formal. Revelou-se ainda a necessidade da formação continuada, pois a formação de professores pode não ter dado conta das problemáticas do racismo e das discriminações. Outros discursos revelaram o auto reconhecimento tardio do corpo negro, a herança colonial nas universidades, estágios e no futebol, os quais ainda dificultam o acesso de negras e negros a determinados espaços institucionalizados do esporte.

A segunda pesquisa analisada, intitulada “Educação física escolar em uma escola indígena: a (de)colonialidade como viabilidade”(2023), de autoria de Lucas Silva Skolaude et al., tem por objetivo refletir sobre o ensino da Educação Física Escolar em uma escola indígena Kaingang. A base teórica do estudo problematizou a desconstrução do mito do eurocentrismo através do paradigma da colonialidade e

da decolonialidade, a fim de produzir conhecimentos menos colonizados e excludentes. É uma pesquisa qualitativa, etnográfica, desenvolvida em uma escola que apresenta déficits: não possui secretaria, biblioteca, sala de informática, refeitório ou, até mesmo, uma impressora, com componentes curriculares sem professores, que em sua maioria, eram “Fóg” (não indígenas), o que contraria o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998), que menciona a importância dos próprios indígenas enquanto protagonistas à frente das suas comunidades.

Os resultados apontam que muitos professores Fóg, que trabalham nas escolas indígenas, não possuem formação específica, nem mesmo se preocupam com a cultura, princípios e valores do povo. A única professora Kaingang da escola argumentou que chegou a sugerir aos professores de EF que resgassem os jogos e as práticas corporais Kaingang, uma vez que as aulas se reduziam aos jogos com bola. Compreendeu-se com a narrativa desta professora, que as práticas corporais oriundas dos povos originários seriam um caminho viável para uma Educação Física escolar crítica, sendo importante nos processos contra-hegemônicos estabelecidos pela decolonialidade. Para o diretor da escola, o componente curricular se aproximava das escolas dos Fóg, e não fazia nenhuma aproximação e, nem mesmo, uma tentativa de harmonização com a cultura Kaingang. Também o RCNEI (1998), quando mencionava o componente curricular EF, se baseava nos esportes, acabando por reproduzir a escola dos “não indígenas” ao desvalorizar aspectos como meio ambiente, fatores culturais e sociais, afetivos e socioeconômicos.

A terceira pesquisa intitulada “Decolonialidade e esporte: mulheres negras na linha de chegada!”(2024), de autoria de Paula Viviane Chiés, tem por objetivo discutir a importância do conhecimento histórico crítico-reflexivo da participação de mulheres negras no Esporte como alternativa de decolonialidade dos saberes nas aulas de Educação Física escolar. Com aporte teórico-metodológico qualitativo, o estudo desenvolveu uma análise documental no campo da História Cultural, abrangendo um levantamento digital de dados acerca da participação de mulheres negras no esporte brasileiro.

Os resultados apontam que a história da mulher negra no esporte é ausente, assim como as possibilidades de acesso e sucesso nas práticas esportivas, estando ainda aquém de homens e mulheres brancas. Estas são excluídas de competições pelo favorecimento de atletas brancas e sofrem perseguições que interferem em seus acessos e desempenhos nas provas atléticas, possuindo poucos espaços de treino pela carência financeira, além de serem publicamente discriminadas, deixando evidente no Esporte contemporâneo a continuidade do espaço privilegiado à branquitude e ao patriarcado. Destaca-se que o estudo da história das mulheres negras no esporte, sob o aporte teórico da decolonialidade, constitui um mecanismo de denúncia do racismo, mas também de visibilidade à resistência e empoderamento dessas atletas. É que a formulação e implementação

intencional de práticas pedagógicas na perspectiva antirracista e decolonial, é um caminho para a decolonialidade do esporte nas aulas de EF ao abarcar várias influências culturais, sobretudo, a partir de práticas não massificadas e conteúdos que se conectem à vida dos alunos.

Sobre o quarto estudo, intitulado “O Pole Dance e outras danças sensuais não são, não cabem na escola: agências da colonialidade na educação”(2024), de autoria de Luciana Dornelles Ramos et al., busca refletir, analisar e discutir sobre o Pole Dance nas aulas de Educação Física, a partir de uma pesquisa-ação participante com o sexto ano do ensino fundamental, com foco nas agências da colonialidade que operaram em todos os atores da educação, sejam alunos, docentes, equipe diretiva e pessoas da comunidade escolar.

Os resultados apontam que a EF provocada pela perspectiva da decolonialidade e da interculturalidade afetou todos os atores da comunidade escolar, incluindo estudantes, docentes, equipe diretiva e responsáveis pelos estudantes, tirando-os da zona de conforto, para mobilizar outros conhecimentos, saberes-fazeres, vivências, provocando outros sentidos, reflexões, problematizações, experimentações, e tornado-se algo significativo na jornada de cada pessoa individualmente, mas também no coletivo da instituição escola.

As afetações e ressonâncias refletiram sobre as práticas, hábitos e costumes no cotidiano da escola, ao reconhecer os atravessamentos coloniais, bem como repensar o que supostamente pode (ou não) compor a Educação Física escolar. Constatou-se que a experimentação de outras formas de Pole Dance com o intuito de proporcionar reflexões e problematizações sobre as noções de gênero e sexualidade, possibilitou que alunos(as) gostassem da prática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na reflexão sobre educação física e decolonialidade, buscamos responder os questionamentos da pesquisa: quais as conexões entre educação física e decolonialidade? Como a educação física, enquanto componente do currículo escolar, pode contribuir para a formação do pensamento decolonial ou decolonialidade?

A análise das pesquisas sobre o tema nos informa que a influência euro-estadunidense nas políticas, currículos, componentes curriculares, cultura e corpos, colabora para o auto-reconhecimento racial tardio, o racismo, a manutenção do poder dos brancos, a privação de cargos e espaços dos grupos marginalizados (sobretudo mulheres negras), o apagamento/inferiorização de povos e suas culturas, e a globalização de um currículo euro-estadunidense centrado.

As investigações analisadas não apenas problematizam as práticas tradicionais marcadas pela colonialidade, mas também propõem novas perspectivas que buscam desconstruir estruturas de poder e preconceito enraizadas, a partir da

decolonialidade. Os estudos mostram como a EF pode ser um espaço de resistência e transformação, promovendo a inclusão no currículo, de saberes e práticas ancestrais que refletem a diversidade cultural e social do país. As reflexões sobre decolonialidade evidenciadas nos estudos, apontam para a necessidade de repensar currículos e práticas pedagógicas, abrindo espaço para a valorização de grupos historicamente explorados. Essas pesquisas reforçam a importância de uma Educação Física que não apenas respeite, mas valorize os conhecimentos das diversas culturas e territórios, promovendo uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

Conclui-se que as conexões entre EF e Decolonialidade podem ser feitas dentro e fora da escola, a partir do ensino de conhecimentos, saberes e conteúdos da cultura corporal dos povos marginalizados, uma vez que as pesquisas selecionadas apontam que há uma hegemonia cultural dos conhecimentos curriculares euro-estadunidense em detrimento dos conhecimentos de matriz africana e indígena. Neste sentido, uma Educação Física apresenta conexão e contribuições para a decolonialidade ao provocar discussões sobre branquitude, negritude, classe e gênero, dialogando com os fenômenos da cultura corporal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.645** de Março de 2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino; SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; VARJAL, Elizabeth; ESCOBAR, Michel Ortega; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino da educação física**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos De Revisão Bibliográfica Nos Estudos Científicos. *Psicologia em Revista*, Minas Gerais, v. 26, n. 1, p. 83-102, 13 abr. 2020.

CHIÉS, Paula Viviane. Decolonialidade e esporte: mulheres negras na linha de chegada!. *Corpoconsciência*, v. 28, p. 1-16, 2024.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, p.1-320, 2022.

FORMOSO, Felipe Guaraciaba. Decolonialidade e Educação Física: epistemes e pedagogias outras como possibilidade de uma educação antirracista. *Temas em*

Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1–16, 2022.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Luciana Dornelles; FAGUNDES, Mariana Ghignatti; RICARDO, Karoline Hachler. O Pole Dance e outras danças sensuais não são, não cabem na escola: agências da colonialidade na educação. Pernambuco: Revista Interritórios, v.10, n.19, p.1-34, 2024.

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 3. ed. rev. 1 reimpr, 2011.

SKOLAUDE, Lucas; ZILBERSTEIN, Jacqueline; DA SILVA, Laura. Educação Física Escolar em uma escola indígena: a (de)colonialidade como viabilidade. Rio Grande do Sul: Revista Didática Sistêmica, v. 24, n. 2, p. 16–25, 2023.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, p. 1-553, 2013.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, V. M. (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Decolonialidade. Educação Básica.